

ubu

DESOBEDECER FRÉDÉRIC GROS

Tradução CÉLIA EUVALDO

9	Nós aceitamos o inaceitável
20	1. A inversão das monstruosidades
38	2. Da submissão à rebelião
48	3. Superobediência
65	4. Da subordinação ao direito de resistência
78	5. Filha de Édipo
93	6. Do conformismo à transgressão
110	7. O ano de 1961
131	8. Do consentimento à desobediência civil
146	9. A caminhada de Thoreau
160	10. Dissidência cívica
171	11. A obrigação ética
186	12. A responsabilidade sem limites
199	13. Pensar, desobedecer. Remetendo à <i>República</i>
214	A humanidade nos desloca
218	<i>Sobre o autor</i>
219	<i>Índice onomástico</i>

A Gérard Mordillat, fraternalmente

NÓS ACEITAMOS O INACEITÁVEL

Os monstros existem, mas são muito pouco numerosos para ser realmente perigosos; mais perigosos são os homens comuns, os funcionários dispostos a acreditar e obedecer sem discutir.

PRIMO LEVI

Tomo emprestado, como ponto de partida – paradoxal –, a provocação de Howard Zinn:¹ o problema não é a desobediência, o problema é a obediência.² Ao que faz eco a frase de Wilhelm Reich: “A verdadeira questão não é a de saber por que as pessoas se revoltam, mas por que não se revoltam”.³

As razões para não aceitar mais o estado atual do mundo, seu curso catastrófico, são quase demasiado numerosas. Detalhá-las todas resultaria numa litania de desastres.

Destacarei aqui apenas três ou quatro fortes motivos que há muito tempo deveriam ter suscitado nossa desobediência e provocá-la ainda hoje, pois só fazem agravar-se.

1. “A desobediência civil não é nosso problema. Nosso problema é a obediência civil. Nosso problema são as pessoas que obedecem aos ditames impostos pelos dirigentes de seus governos e que, portanto, apoiaram guerras. Milhões de pessoas foram mortas por causa dessa obediência. Nosso problema é a obediência das pessoas quando a pobreza, a fome, a estupidez, a guerra e a crueldade assolam o mundo. Nosso problema é que as pessoas sejam obedientes enquanto as prisões estão cheias de ladrõeszinhos e que os grandes bandidos estão no comando do país. Esse é o nosso problema”, excerto de um discurso pronunciado em 1970, por ocasião de um debate sobre a desobediência civil, republicado em *Violence: The Crisis of American Confidence* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1972).

2. Este ensaio inspira-se em cursos ministrados no Collège Universitaire de Sciences Po, em Paris. Agradeço aos estudantes por sua escuta crítica. Ele se propõe como uma primeira contribuição às “Humanidades políticas”. Agradeço também a Hélène Monsacré, Amandine Chevreau e Gérard de Cortanze pela competência, vigilância e benevolência que me foram preciosas para sua escrita.

3. Citado por David Hiez e Bruno Villalba, “Réinterroger la désobéissance civile”, in *La Désobéissance civile: Approches politique et juridique*. Villeneuve d’Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2008, p. 11.

No entanto, nada acontece, ninguém ou quase ninguém se levanta.

O primeiro é, obviamente, o aprofundamento das injustiças sociais, das desigualdades de fortuna. O anúncio de Marx (a pauperização absoluta) concretiza-se cada vez mais,⁴ como se a globalização tivesse finalmente permitido, depois dos bloqueios do nacionalismo econômico, o desdobramento em toda a sua extensão de um capitalismo desenfreado, total, radical, cuja consequência atual é a constituição de uma elite riquíssima, uma minoria de superalimentados até o limite da morte, sufocando sob o peso de sua fortuna, ante os 99% de desposuídos, arrastando sua dívida ou sua miséria como podem. As espirais estritamente complementares de empobrecimento das classes médias e de enriquecimento exponencial de uma minoria estão em vigor, multiplicadas pelas novas tecnologias que anulam os efeitos de retardamento, de “atrito”⁵ que, até então, mantinham equilíbrios razoáveis. O processo se acelera, ganha impulso. A racionalidade atuarial, a dos “seguros” (o cálculo frio dos riscos), impõe que se cobre caro daqueles que não têm dinheiro. Ela tem para si uma evidência aritmética glacial que, a custos baixos, lava a alma dos que decidem sobre a economia, de todos aqueles que, tendo em mãos a lista do próximo furgão de demitidos, podem dizer, com ar penetrado de condescendência humilhante: “Vocês querem o quê? É muito triste, mas números são números, e não se vai contra a realidade dos números”.

4. Bernard Maris, *Marx, ô Marx, pourquoi m'as-tu abandonné?* Paris: Flammarion, 2012, p. XI.

5. Este é um termo que tomo de empréstimo a Henry David Thoreau em *A desobediência civil* [1849], trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012. Ver sobre esse texto o capítulo 9, “A caminhada de Thoreau”, Thoreau também fala de “fricção”.

Acontece que a “realidade” dos números é inencontrável fora de sua base na boa consciência dos que decidem.⁶ Ou melhor, não: a realidade dos números é a dos *efeitos de realidade* produzidos, efeitos duros e terríveis. Quando as equações são adotadas como fonte de autoridade, as tabelas de Excel como vozes de oráculos ante as quais abaixamos respeitosamente a cabeça, alavanca das decisões, então os desesperos sociais, as misérias de fins de mês, os rebaixamentos de classe social, as ruínas são previamente justificados. E tudo isso ocorre “em conformidade” com a lei de ferro da economia, com a “realidade” incontornável das equações: números são números.

Que realidade? Não aquela, sufocada, das solidariedades interindividuais, do sentido elementar de justiça, do ideal de compartilhamento. Não a espessura das realidades humanas, que os dirigentes – os “responsáveis”, como se diz, sem dúvida por ironia –, num misto de indiferença e cálculo, esquecem, dissimulam, escondem para eles próprios por trás do anteparo de suas estatísticas impressas em papel brilhante.

E que lei “superior”? A única coisa que vejo, sobretudo, é uma ganância descarada. Onde está a providência que eles invocam? E a necessidade imprescindível? Compreendo que as autoridades de poder e de dinheiro possam, quando têm a ocasião, dar testemunho de sua fé. Vendo a piedade que os dirigentes de empresas demonstram, acreditei por muito tempo na hipocrisia. Mas não. O cinismo chegou a um grau superior, quase etéreo, em que não se distingue da sinceridade. Pois as leis da economia e os decretos de Deus se assemelham, pairando nessa

6. Ou é essa realidade autista dos matemáticos cuja validade é implacável, posto que estritamente interna – tautológica, teria dito Ludwig Wittgenstein. Ver seu *Tractatus logico-philosophicus* [1921], trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2017.

transcendência que os faz confundirem-se, propagando uma inelutabilidade que “se impõe” a todos sem exceção, como o tempo que está fazendo e a morte que virá. E isso a um ponto tal que, ao se ver imensamente privilegiado, beneficiário da ordem do mundo – diante da massa cujo destino agora é tão somente *sobreviver* –, o sujeito se tornaria quase humilde. Em que ele se diz que tanta insensatez – essa monstruosidade demente das desigualdades – deve ter uma explicação superior, ao menos teológico-matemática, e seria apenas superficial. É exatamente essa a função atroz da introdução do formalismo matemático na economia: inocentar aquele que colhe os benefícios. Não, ele não é o canalha especulador que arruína a humanidade, mas o humilde servidor de leis cujas soberania e complexidade escapam ao comum dos mortais. Ouço a voz desses executivos super-remunerados, desses esportistas milionários. Eles tranquilizam sua consciência alegando: “Mas, afinal, não fui eu que exigi essas gratificações exorbitantes, elas me foram oferecidas! Eu devo valer tudo isso”. Vá dizer então aos trabalhadores superexplorados que têm o salário que merecem e que são sub-remunerados porque são sub-homens.

O duplo processo de enriquecimento dos ricos e de empobrecimento dos pobres leva ao desmoronamento progressivo da classe média.⁷ A arrogância ou o desespero: existe cada vez menos realidade intermediária entre os que, de sua poltrona acolchoada, exigem a majoração máxima de suas ações e aqueles aos quais se impõe a diminuição desses salários que logo serão insuficientes, não digo nem para viver, mas para pagar suas dívidas. A vida é o pouquíssimo que sobra depois que se pagou aos bancos. As mais elementares regras de solidariedade desinte-

gram-se. A realidade humana se dissolve e, nos salões dourados dos dirigentes levemente pensativos e refestelados, só restam Deus e as equações, enquanto no outro mundo disputam-se as migalhas. Com o desaparecimento da classe média, é a existência de um mundo comum que se perde – uma vez que os ideais de utilidade geral, de bem público, sempre tiveram como função preservar a consistência de uma classe média que impunha limites à extrema miséria e à extrema riqueza e constituía, como escrevia há mais de vinte séculos Eurípides, em *As suplicantes*, a possibilidade mesma da democracia.⁸

No entanto, a fratura ainda não atija excessivamente o ódio político do povo contra os ricos. Ela se difrata numa série indefinida de divisões internas. Porque a condição dos mais abastados suscita sobretudo a paixão amarga de parecer com eles, porque o orgulho de ser pobre, alimentado pela esperança de revanches futuras, deu lugar a uma vergonha agressiva, porque a mensagem veiculada por toda parte é que só tem sentido viver se for no consumo desenfreado, deixando-se aspirar pelo presente numa fruição fácil. Por essas e outras razões, a cólera justa de uma maioria explorada contra a minoria entra em curto-circuito e é redistribuída em ódio dos pequenos exploradores e medo dos pequenos delinquentes.

A velocidade de enriquecimento dos endinheirados aumenta, a espiral do rebaixamento de classe se acelera. A riqueza dos poderosos desafia a imaginação, e a angústia do que antes se chamavam os “fins de mês” – mas hoje são os dez, os vinte próximos anos que estão penhorados – não é representável nas classes altas que só se sobressaltam com as *variações* de seus lucros imensos.

12 7. Louis Chauvel, *La Spirale du déclassement*. Paris: Seuil, 2016.

13 8. São os versos 238 a 245, nos quais Eurípides mostra que é a classe média (*hê en mesôi*) que promove a salvação das cidades (*sôizei poleis*).

Falar de “injustiça” tornou-se obsoleto. Estamos na era da indecência. As remunerações dos executivos de grandes empresas, os salários dos esportistas ultramidiáticos, os cachês dos artistas tornaram-se *obscenos*. As desigualdades chegaram ao ponto em que só a hipótese de *duas humanidades* poderia justificá-las.

O segundo intolerável de nosso mundo atual é a degradação progressiva do meio ambiente. O ar, o solo e seus “produtos”, a vegetação: tudo está poluído, imundo, até o sufocamento. A Natureza, no entanto, desde sempre se definiu por sua capacidade de renovação, de repetição do Mesmo. Dizíamos: as produções culturais se deterioram, envelhecem e morrem; a Natureza, ao contrário, é uma Primavera essencial. Tudo, sempre, recomeça. Eterna repetição do Mesmo, incessante recomeço, reaparecimento mágico das mesmas formas, frescor inalterado. O coro de *Antígona* cantava “a Terra infatigável” (verso 339). Pois bem, a Terra fatigou, o século XXI será o do esgotamento e do deserto. A humanidade coloca à Natureza a questão de seus limites. Fecundidade das terras extenuada, recursos exauridos, estoques esgotados.

Hans Jonas havia proposto a questão do irreversível em seu *O princípio responsabilidade*.⁹ Tratava-se de dizer que, durante séculos, nós, frágeis mortais, nos protegemos da Natureza pela técnica. Mas nossas capacidades técnicas evoluíram a tal ponto que agora afetam não mais as características externas do vivente, mas a própria base vital – o caso exemplar seriam as modificações genéticas. Por meio de nossas intervenções técnicas, introduzimos alterações irreversíveis e brincamos de aprendiz de feiticeiros. A Natureza aparece, pela primeira vez, vulnerável. Durante séculos, tentamos nos proteger da Natureza

9. *Le Principe responsabilité* [1970], trad. J. Greisch. Paris: Flammarion, 2013 [O princípio responsabilidade, trad. Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez.

14 Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2015].

pela técnica. Doravante, é a Natureza que será preciso proteger da técnica. Mas hoje, quase meio século depois das análises de Jonas, a questão já não é a alteração da Natureza, mas sim sua *sufocação*: as condições da “renovação” das espécies vivas e dos recursos minerais já não estão reunidas, o ciclo do renascimento se rompeu. O que ameaça é o fim das primaveras.

O último inaceitável, abrangendo sem dúvida os dois primeiros e imprimindo-lhes um movimento de espiral, gira em torno do processo contemporâneo de criação das riquezas. O que chamamos “capitalismo” é difuso, complexo, proteiforme. O fato é que, entre a sistematização da participação acionária dos operários, a importância da especulação financeira, o princípio generalizado do endividamento e as acelerações propiciadas pelas novas tecnologias, foi um novo capitalismo que se impôs há várias décadas: um modo de criação das riquezas pela dívida e pela especulação que desqualifica o trabalho (o salário é bom para os pobres), extenua as forças e o tempo. Não é exatamente que nos precipitemos *rumo* ao abismo – e ainda menos a um muro –; o próprio abismo é essa precipitação. O enriquecimento se faz em detrimento da humanidade futura.

Este mundo, com suas desigualdades abissais, o colapso de seus fundamentos naturais, sua disparada suicida, este mundo que estamos deixando como um legado nauseabundo às gerações futuras é o nosso. E quando digo “nosso”, não é só para dizer hoje em relação a ontem. Digo “nosso” para dizer: o mundo que construímos, e aceitamos que fosse edificado, já há várias décadas, o mundo em todo caso que deixaremos àqueles que virão depois de nós. Eles nos considerarão de um egoísmo demente, de uma irresponsabilidade mortal.

E por que não dissemos nada, por que, diante da iminência da catástrofe, ainda ficamos hoje de braços cruza-

dos e com os olhos, nem digo resignados, mas tentando desviá-los para outro lado? Por que deixamos a coisa correr, por que nos comportamos como espectadores do desastre?

Este livro propõe a questão da desobediência *a partir da questão da obediência*, posto que a desobediência, ante o absurdo, a irracionalidade do mundo em seu estado atual, é a evidência. Ela exige poucas explicações. Por que desobedecer? Basta abrir os olhos. A desobediência é mesmo a tal ponto justificada, normal, natural, que o que choca é a ausência de reação, a passividade.

Por que obedecemos e, sobretudo: como obedecemos? Precisamos de uma estilística da obediência que, só ela, poderá nos inspirar uma estilística da desobediência. Redefinir a diferença entre a submissão, o consentimento, o conformismo etc.; fazer distinções entre o direito de resistência, a objeção de consciência, a rebelião etc.

As críticas da democracia foram objeto de inúmeros estudos.¹⁰ Este livro defende a ideia de uma *democracia crítica*. A democracia é algo muito diferente de uma forma institucional caracterizada por “boas” práticas ou procedimentos, inspirada pela defesa das liberdades, a aceitação da pluralidade, o respeito pelas disposições majoritárias. Mesmo se ela *deve ser isso*, a democracia designa também uma tensão ética no íntimo de cada pessoa, a exigência de reinterrogar a política, a ação pública, o curso do mundo a partir de um *si político* que contém um princípio de justiça universal e, sobretudo, não é a simples “imagem pública” de si, em oposição ao eu interno. É preciso parar de confundir o público e o exterior. O *si público* é nossa intimidade política. É, em nós, poder de juízo, capacidade de pensar, faculdade crítica. É com

16 10. Ver o excelente *Critiques de la démocratie*, de Jean-Marie Donegani e Marc Sadoun. Paris: PUF, 2012.

base nesse ponto em nós que nasce a recusa das evidências con-sensuais, dos conformismos sociais, das ideias pré-fabricadas.¹¹

Esse recurso ao *si político*, no entanto, será inútil, impro-ductivo, se não for sustentado por um coletivo, se não se articular sobre uma ação de conjunto, decidida em comum acordo, por-tadora de um projeto de futuro. Mas, sem ele, os movimentos de desobediência correm o risco constante de instrumentaliza-ção, de aliciamento, de sufocamento sob as palavras de ordem e a mudança dos chefes.

Esse movimento por meio do qual o sujeito político se des-cobre em estado de desobedecer é o que chamaremos de “dissi-dência cívica”.

A insurreição não se decide. Apodera-se de um coletivo, quando a capacidade de desobedecer juntos volta a ser sensível, contagiosa, quando a experiência do intolerável se adensa até se tornar uma evidência social. Supõe a experiência prévia com-partilhada – mas que ninguém se pode dispensar de viver em, por e para si mesmo – de uma dissidência cívica e de seu ape-lo. Desde Sócrates (“Cuida de ti mesmo!”) e desde Kant (“Ouse saber!”), ela é também o regime filosófico do pensamento, sua interioridade intempestiva.

Numa época em que as decisões dos “especialistas” se orgu-llham de ser o resultado de estatísticas anônimas e insensíveis, desobedecer é uma declaração de humanidade.

Este livro não tem por objeto os movimentos sociais atuais, na diversidade de suas formas (lutas sociais, movimentos de deso-

17 11. Nesse sentido, a democracia crítica não é um regime político entre ou-tros, é a estruturação ética do sujeito político. Designa a possibilidade, aberta e estrutural em cada um, de desobedecer ao outro, aos outros, ao Estado e às instituições, a partir de uma dobra irreduzível a qualquer psicologia do eu individual, a qualquer metafísica da alma.

bediência civil, constituição de ZADS [zonas a defender], lançadores de alerta, contestações públicas da lei, chamadas à insurreição) e de suas motivações (defesa do meio ambiente, justiça social, reconhecimentos simbólicos, proteção das minorias, respeito pela dignidade das pessoas).¹² Não os ignora, mas quer apenas, preliminarmente ao estrondo efetivo das revoltas, compreender até que ponto desobedecer pode ser uma vitória sobre si, uma vitória contra o conformismo generalizado e a inércia do mundo. Este livro gostaria de compreender, interrogando as condições éticas do sujeito político, por que é tão fácil chegar a um acordo sobre o desespero da ordem atual do mundo, mas tão difícil desobedecer-lhe.

12. Ver, entre uma centena de outros, e numa perspectiva mais circunscrita e diferente da adotada aqui: Sandra Laugier & Albert Ogien, *Pourquoi désobéir en démocratie?* Paris: La Découverte, 2011; Guillaume Le Blanc, *La Philosophie comme contre-culture*. Paris: PUF, 2014; Geoffroy de Lagasnerie, *L'Art de la révolte*. Paris: Fayard, 2015; Manuel Cervera-Marzal, *Les Nouveaux désobéissants*. Lormont: Éditions Le Bord de l'Eau, 2016.

I. A INVERSÃO DAS MONSTRUOSIDADES

SOBRE O AUTOR

Frédéric Gros nasceu em 1965 em Saint-Cyr-l'École, na França. Formado pela École Normale Supérieure de Paris, defendeu em 1995 o doutorado em filosofia na Université Paris-Est Créteil (Paris XII), onde lecionou por mais de duas décadas. Estuda a filosofia francesa contemporânea e é um dos maiores especialistas na obra de Michel Foucault da atualidade. Desde 2013, é professor de teoria política no Institut d'Études Politiques de Paris (SciencesPo) e pesquisador do centro de pesquisas políticas da mesma faculdade. Alguns dos temas de pesquisa que mais lhe interessam são os fundamentos do direito de punir, as questões relacionadas à guerra e à segurança e a ética do sujeito político. Publicou, entre outros, os livros *Le Principe sécurité* (2012), *Pos-sédées* (romance histórico, 2016), organizou o quarto volume da série *História da sexualidade*, de Foucault: *Les Aveux de la chair* [As confissões da carne], publicado pela Gallimard em 2018. Em português, foram publicados *Foucault: A coragem da verdade* (2002), *Estados de violência: Ensaio sobre o fim da guerra* (2006) e *Caminhar, uma filosofia* (2008).

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abade Pinúfio 74
Abensour, Miguel 48
Adão 70
Adimanto 205–06
Agostinho 68, 70, 73–74, 116
Alain 168
Albert, Joseph *ver* Libertad, Albert
Alexandre, Michel 166, 199
Anders, Günther 113, 116–17, 195–97
Anouilh, Jean 80
Antígona 14, 78–91
Aquino, Tomás de 72
Arendt, Hannah 22, 27, 39, 43, 58, 67, 111–13, 119, 121–22, 129, 140–43, 149–50, 165–66, 178–80, 182–83, 190, 196, 214
Aristóteles 39, 43, 65–66, 70, 98, 171–74, 177
Asch, Solomon 94, 125
Asclépio 165

Balzac, Honoré de 45
Barrès, Maurice 88
Barthélémy, Dominique 40
Bataille, Christophe 31
Bauman, Zygmunt 116
Beaufret, Jean 87
Beaumont, Gustave de 105
Bizot, François 31
Boulet, Michaël 48

Bourdieu, Pierre 65
Brauman, Rony 31, 113, 115, 120, 123
Brecht, Bertolt 80
Browning, Christopher 93
Butler, Judith 81

Calas, Jean 191
Camus, Albert 20
Catarina de Siena 74
Céfalo 200–01
Cervera-Marzal, Manuel 18
Cesarani, David 112–13
Chandler, David 31
Chartier, Émile-Auguste *ver* Alain
Chauvel, Louis 12
Chevreau, Amandine 9
Clastres, Pierre 48–49
Cocteau, Jean 80
Condillac, Étienne D. de 97
Cortanze, Gérard de 9
Creonte 78–81, 83–86, 88–90
Críton 164–67
Cruvellier, Thierry 31

D'Ávila, Teresa 75
Delacampagne, Christian 39
Deleuze, Gilles 40, 57, 107, 135
Delpla, Isabelle 119
Derrida, Jacques 81, 180
Descartes, René 100, 102–03, 216
Detienne, Marcel 174
Diógenes Laércio 102

Platão 34, 49, 65, 105, 107, 167, 171, 177-78, 182, 199, 206-07, 209, 211-12
 Polemarco 201-02
 Poliakov, Léon III
 Polinices 78, 85

Rabelais, François 98
 Racine, Jean 80
 Rawls, John 149, 150
 Reclus, Élisée 132
 Reich, Wilhelm 9, 114, 121, 123
 Rimbaud, Arthur 49, 147
 Rotrou, Jean de 80
 Rousseau, Jean-Jacques 137-38, 140-41
 Roussel, Nelly 132

Sacher-Masoch, Leopold von 135
 Sadoun, Marc 16
 Sansão 50
 Santo Agostinho 69, 72, 193
 São Bento 74
 São João Clímaco 74
 São Lucas 22
 São Mateus 22
 São Paulo 73
 São Pedro 71, 73
 Sartre, Jean-Paul 190, 193
 Schmitt, Carl 20
 Scholem, Gershom III
 Scott, James C. 44
 Semelin, Jacques 57-59
 Shakespeare, William 179

Sivan, Eyal 31, 113, 115, 120, 123
 Sócrates 17, 42, 62, 65, 164-67, 175, 181-83, 199-08, 211, 215-16
 Sófocles 78, 84, 87
 Steiner, George 78, 80

Thomas, Hélène 133, 140
 Thoreau, Henry David 10, 101, 143, 146-58, 160, 163
 Thorel, Mathilde 48
 Tirésias 80
 Tocqueville, Alexis de 105
 Tolstói, Liev 155
 Tournon, André 48
 Trasímaco 42, 65, 202-04, 206

Ustinov, Peter 27

Veyne, Paul 35
 Villalba, Bruno 9
 Villermé, Louis-René 40

Weber, Max 100, 186
 Weil, Simone 51
 Wieviorka, Annette 110
 Wisliceny, Dieter III
 Wittgenstein, Ludwig II

Zamiátin, Zamiátin 106
 Zancarini, Jean-Claude 72
 Zinn, Howard 9, 165
 Zossima 194

COLEÇÃO EXIT Como pensar as questões do século XXI? A coleção Exit é um espaço editorial que busca identificar e analisar criticamente vários temas do mundo contemporâneo. Novas ferramentas das ciências humanas, da arte e da tecnologia são convocadas para reflexões de ponta sobre fenômenos ainda pouco nomeados, com o objetivo de pensar saídas para a complexidade da vida hoje.

COORDENAÇÃO Florencia Ferrari e Milton Ohata

LEIA TAMBÉM

24/7 - capitalismo tardio e os fins do sono
 Jonathan Crary

Reinvenção da intimidade - políticas do sofrimento cotidiano
 Christian Dunker

Os pecados secretos da economia
 Deirdre McCloskey

Esperando Foucault, ainda
 Marshall Sahlins

Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication année 2018 Carlos Drummond de Andrade de l'Institut Français du Brésil, bénéficie du soutien du Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères.

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação ano 2018 Carlos Drummond de Andrade do Instituto Francês do Brasil, contou com o apoio do Ministério Francês da Europa e das Relações Exteriores.

Cet ouvrage a bénéficié du soutien des Programmes d'aide à la publication de l'Institut français.

Esta obra se beneficiou do Programa de apoio à publicação do Instituto Francês.



© Ubu Editora, 2018

© Albin Michel/Flammarion, 2017

Coordenação editorial FLORENCIA FERRARI

Assistentes editoriais ISABELA SANCHES E JÚLIA KNAIPP

Preparação LUCAS TORRISI

Revisão RITA DE CÁSSIA

Projeto gráfico da coleção ELAINE RAMOS E FLÁVIA CASTANHEIRA

Projeto gráfico deste título LIVIA TAKEMURA

Produção gráfica LILIA GÓES

Nesta edição, respeitou-se o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Bruna Heller – CRB 10/2348

Gros, Frédéric [1965-]

Desobedecer: Frédéric Gros / Título original: Désobéir

Tradução: Célia Euvaldo

São Paulo: Ubu Editora, 2018 / 224 pp. / Coleção Exit

ISBN 978 85 92886 73 8

1. Filosofia política. 2. Desobediência.

3. Autoridade política. I. Título.

CDD 320.01

CDU 32:1

UBU EDITORA

Largo do Arouche 161 sobreloja 2

01219 011 São Paulo SP

(11) 3331 2275

ubueditora.com.br

FONTES Edita e Raisonné

PAPEL Alta alvura 90 g/m²

IMPRESSÃO Intergraf